



SUMÁRIO EXECUTIVO

Microrregião Litoral Sul

Parte da coletânea de resumos das microrregiões do estado do Espírito Santo.



Social



Econômico



Ambiental



Território



Gestão
Pública

As opiniões emitidas são exclusivas e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos Neves ou do Governo do Estado do Espírito Santo.

REITOR UFES

Paulo Sérgio de Paula Vargas

REITOR IFES

Jadir Jose Pela

COORDENADOR REGIONAL

Eneida Maria Souza Mendonça

NÚCLEO DE COORDENAÇÃO

Eneida Maria Souza Mendonça
Giovanilton André Carretta Ferreira
Michela SagrilloPegoretti
Karla Garcia Correia
Rômulo Croce

AT TERRITÓRIO

Michela SagrilloPegoretti
Karla Garcia Correia
Rômulo Croce
Maiara dos Santos Dias

AT AMBIENTAL

André Luiz Nascentes Coelho
Vitor Silva de Miranda

AT SOCIAL

Maria Helena Elpídio Abreu
João Paulo Silva Valdo
Rômulo Croce
Gustavo Zamproni Gomes

AT CULTURA

Viviane Lima Pimentel
Thaíssa da Cunha Fugolin

AT ECONOMIA

Aminthas Loureiro Júnior
Fábio Loureiro Prates
Jordana Teatini Duarte

AT GESTÃO PÚBLICA

Gilton Luís Ferreira
Larissa Bussolar Franquini
Luna Ferraço Arruda
Roberto Cabral Júnior

AT LOGÍSTICA, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA

Patrícia Stelzer da Cruz
Hayandra Romualdo Pessi

AT SANEAMENTO

Renato Ribeiro Siman
Carolina Ibelli Bianco

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

José Renato Casagrande

VICE-GOVERNADORIA

Jacqueline Moraes da Silva

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP

Álvaro Rogério Duboc Fajardo

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

Diretor Presidente
Daniel Ricardo do Castro Cerqueira

Diretoria de Estudos e Pesquisas
Latussa Laranja Monteiro

Diretoria de Integração e Projetos Especiais
Pablo Silva Lira

Coordenação Geral
Latussa Laranja Monteiro

Coordenação Técnica
Livia Maria Albertasse Tulli

Coordenação Institucional
Michele Gasparini de Miranda

Sumário

Sumário	2
1. Apresentação	1
1.1 Conceitos e premissas	2
1.2 Metodologia do Arranjo 1.....	4
2. Evidências integradas para o Plano de Ação	8
Eixo Integrador 1 – Conservação e valorização dos recursos hídricos e do patrimônio natural e cultural.....	8
Eixo Integrador 2 - Enfrentamento das desigualdades socioespaciais.....	12
Eixo integrador 3 - Desenvolvimento sustentável da economia e da infraestrutura	15
Eixo Integrador 4 - Capacidade institucional para o desenvolvimento regional sustentável.....	19
Referências	22

1. Apresentação

O presente documento compõe um resumo executivo do diagnóstico integrado que visa subsidiar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS - da Microrregião Litoral Sul, produto do Convênio de Cooperação Técnica 001/2020, que tem como copartícipes a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado do Espírito Santo (FAPES), a Secretaria de Economia e Planejamento (SEP), a Secretaria de Ciência Tecnologia Inovação e Educação Profissional (SECTI), o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

Por meio do projeto Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), foram criados Conselhos de Desenvolvimento Regional Sustentável (CDRS) para nove microrregiões capixabas - à exceção da Microrregião Metropolitana, que possui conselho instalado, o Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (Comdevit) e o seu Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDU) elaborado. Conforme definido pelo governo do estado do Espírito Santo, os CDR possuem representantes dos Poderes Executivos Estadual e Municipal, Poderes Legislativos Estadual e Municipal, setor produtivo, sociedade civil e instituições de ensino e têm por responsabilidade a criação de um ambiente de articulação e integração de interesses regionais.

As 9 microrregiões de planejamento do Espírito Santo objeto de estudo do PDRS foram agrupadas em 4 arranjos sob a responsabilidade da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. O Arranjo 1 composto pelas microrregiões Litoral Sul e Central Sul é coordenado pela UFES e conta com uma equipe multidisciplinar com a participação direta de professores e alunos de pós-graduação e graduação, de várias unidades e departamentos da Universidade e também, professores e pesquisadores de outras unidades de ensino superior e instituições do Espírito Santo.

É importante ressaltar o ineditismo da experiência de pesquisa, sob responsabilidade direta de instituições de ensino superior, representando algo novo no subsídio ao planejamento regional do estado do Espírito Santo. Cumpre ressaltar o sentido crítico dos estudos desenvolvidos, qual seja, uma abordagem da realidade regional voltada para a compreensão da totalidade. Assim, para além dos estudos analíticos, parciais e operativos, dos vários aspectos abordados, busca-se sua rearticulação com a totalidade. Ou seja, uma totalidade concreta como ela se apresenta neste mundo globalizado, uma totalidade empírica, que examine “as relações efetivas entre a Totalidade-Mundo e os Lugares. Isso equivale a revisitar o movimento do universal para o particular e vice-versa”, reexaminando-o (SANTOS, 2006).

Neste sentido, a validade e o sentido último desta experiência dependem de sua continuidade, que deverá consolidar um processo de planejamento e gestão crítico e permanente.

1.1 Conceitos e premissas

Conceito estruturador da pesquisa DRS, o território se apresenta, simultaneamente, como variável constitutiva e analítica chave para a compreensão da complexa realidade e do cambiante contexto em que se vive. Daí a relevância de valorizar na análise a dimensão territorial dos processos sociais, das dinâmicas econômicas, e das políticas públicas que, por sua vez, também apresentam e produzem um conteúdo diverso e abrangente (FREITAS et al., 2020). Entende-se o território como base e extensão da natureza, da circulação, da moradia, da economia, da cultura, portanto, da vida. Como ilumina Santos (2006), não é o território em si a categoria de análise social, mas, o território usado, que é simultaneamente material e social, em constante mudança, território em processo, composto por uma dialética, como o espaço geográfico. As especificidades culturais, técnicas e ambientais de cada território, bem como as suas dinâmicas socioeconômicas e político-institucionais, devem igualmente condicionar e influenciar a definição, criação e implementação de políticas públicas no território voltadas para alcançar um desenvolvimento socioespacial.

Nesta perspectiva o conceito de desenvolvimento socioespacial adotado é entendido como uma mudança social positiva, que não pode ser definido à revelia dos desejos e expectativas dos grupos sociais concretos, com seus valores próprios e particularidades histórico-geográficas, e que deve, incondicionalmente, articular melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social (SOUZA, 2002), parâmetros subordinados àquele que é o parâmetro essencial do desenvolvimento sócio-espacial, que é a autonomia.

O desenvolvimento regional exige um olhar atento em relação à diversidade do território, como bem demonstraram Tânia Bacelar de Araújo e Darcy Ribeiro, citados por Freitas et al. (2020). O território brasileiro traz intrinsecamente a marca da diversidade, um ativo que pode ser usado positivamente na política de desenvolvimento regional, nas políticas públicas em geral, e nas territoriais em particular. Busca-se assim, fugir das tradicionais intervenções sobre o território que trazem a marca exclusiva da atração de investimentos para as regiões-alvo, como foram (e ainda são) as experiências da SUDENE, SUDAM, SUDECO e Zona Franca de Manaus, por exemplo.

Como orientações para a definição da metodologia de trabalho do PDRS arranjo 1 parte-se, de acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), atualizada pelo Decreto nº 9.810/2019, do entendimento de que o desenvolvimento regional deve ser compreendido de forma multidimensional. Para tanto, é necessário reconhecer as desigualdades regionais/microrregionais em múltiplas escalas de intervenção, orientar políticas e programas que promovam o desenvolvimento territorial por meio de instrumentos adequados ao trabalho multiescalar, de modo a facilitar a cooperação entre os entes federados e a coordenação horizontal para sua efetiva implementação (BRASIL, 2019).

De forma complementar a estas intenções iniciais e no intuito de direcionar e operacionalizar a elaboração do diagnóstico e do plano de ação do PDRS, adotam-se também, as seguintes premissas:

O Território como elemento integrador de políticas públicas: pensar em políticas públicas, seja na sua formulação, implementação ou execução, monitoramento é, fundamentalmente analisar como o público alvo da referida política produz seus espaços, em especial seus territórios. Possibilita-se assim, a análise das relações espaciais das políticas públicas, desde o seu substrato físico até as relações sociais que (re)constroem constantemente seus territórios, exercendo relações de poder, gestão e identidade.

Articulação de escalas na construção de políticas públicas: as expressões e representações da vida cotidiana estão imersas em configurações escalares que vão do corpo ao comunitário, ao urbano, ao regional, ao global. Não são elementos dados e constituídos previamente, mas sim produzidos em ambientes heterogêneos, conflitantes e de embates (SMITH, 1993). Adota-se a necessária articulação das escalas, dentro de uma perspectiva relacional que procura destacar o caráter histórico, socialmente construído e dinâmico das escalas.

Capacidade Institucional para o desenvolvimento regional: a capacidade institucional tem sido objeto de atenção por parte de organismos internacionais e governos, sobretudo no que diz respeito à elaboração / implementação / avaliação / monitoramento de políticas públicas. Entendida de forma simplificada como “estrutura e os processos organizacionais e administrativos de instituições públicas e privadas que viabilizam objetivos e metas concretizados em setores, programas e projetos” (MARTINS et al. 2013, p. 815), deverá se apresentar como aspecto fundamental e transversal a todos os temas a serem trabalhados no PDRS, visto que está diretamente relacionada à governabilidade, à transparência e à eficácia da ação pública (FERNANDES, 2016), aspectos decisivos para a promoção do desenvolvimento regional sustentável.

Sustentabilidade: diferentes matrizes discursivas têm sido associadas à noção de sustentabilidade, o que acaba levando, a uma noção que se pode recorrer para tornar objetivas, diferentes representações e ideias. Ressalta-se também, uma luta simbólica e de relações de poder, que se abre e que deve ser considerada, nos processos de desenvolvimento, pelo reconhecimento da autoridade para falar em sustentabilidade (ACSELRAD, 2001). Considerando estas imprecisões e com base nas orientações do plano de trabalho do PDRS, adota-se a noção de sustentabilidade submetida à lógica das práticas, que se articulam a efeitos sociais desejados, a funções práticas que o discurso/políticas públicas pretende tornar realidade objetiva. Parte-se de uma relação temporal (presente-futuro) que considera “sustentáveis as práticas que se pretendam compatíveis com a qualidade futura postulada como desejável” (ACSELRAD, 2001 p. 29), com forte atenção à questão ambiental, certamente, somadas à sustentabilidade econômica e social, mas também com especial atenção à sustentabilidade política e cultural (MINAS GERAIS, 2011).

O sumário executivo está organizado em duas partes principais, a saber:

A primeira parte é composta pela apresentação, conceitos e premissas principais adotados, seguido pela metodologia geral do Arranjo 1. Na segunda parte são apresentadas as principais evidências integradas que visam subsidiar o plano de ação, organizadas com base nos Eixos Integradores, conforme especificado na metodologia de trabalho do Arranjo 1.

Em outro documento, denominado Diagnóstico da Microrregião Central Sul, encontram-se de modo mais detalhado: a abordagem sobre desafios e potencialidades para o Desenvolvimento Regional do Espírito Santo, que introduz a questão-problema do Arranjo 1, a apresentação da Microrregião Central Sul, com breve caracterização geral, os municípios constituintes, seu contexto histórico, geográfico e aspectos demográficos, bem como o levantamento e interpretação dos dados pesquisados relacionados às Áreas Temáticas definidas no plano de trabalho da pesquisa DRS. São elas: Território, Ambiental, Social, Economia e Gestão Pública. Observa-se ainda, que na metodologia do Arranjo 1 estes cinco temas se desdobraram em oito: 1. Ambiental, 2. Social, 3. Economia, 4. Território, 5. Saneamento, 6. Mobilidade, Logística e Infraestrutura, 7. Cultura e 8. Gestão Pública (Capacidade Institucional)

1.2 Metodologia do Arranjo 1

A partir do referencial teórico, das premissas estabelecidas e da necessidade de buscar uma integração e interdisciplinaridade na elaboração do PDRS – Arranjo 1 foi definida uma metodologia geral que direcionou a divisão temática, a composição e estrutura organizacional da equipe, as atividades/ações conjuntas do Arranjo 1, o processo de participação social e orientou as metodologias específicas, de cada uma das Áreas Temáticas (AT), elaboradas pelos pesquisadores responsáveis. Neste sentido, nesta primeira parte do trabalho, constam as definições metodológicas gerais do Arranjo 1. O referencial teórico e as metodologias específicas, bem como os materiais e técnicas utilizados em cada um dos diagnósticos das AT encontram-se no documento denominado Diagnóstico da Microrregião Litoral Sul.

A estrutura organizacional do Arranjo 1, sintetizada na figura 1, apresenta um Núcleo de Coordenação (NC) composto por um grupo de pesquisadores responsáveis pela coordenação técnica e administrativa da pesquisa. Compõem o NC a coordenadora geral, representante da Universidade Federal do Espírito Santo, o coordenador adjunto, o pesquisador responsável pela Área Temática Território e dois pesquisadores de apoio às atividades técnicas e administrativas do NC. Cada AT é composta por um professor pesquisador responsável, auxiliado por um ou mais pesquisadores de apoio a AT.

Cabe ressaltar que em função da limitação dos recursos financeiros disponíveis para a realização da pesquisa, inferiores, em relação aos demais arranjos, da extensão e da complexidade das áreas temáticas envolvidas, foi fundamental a participação de pesquisadores voluntários, na composição da equipe técnica do Arranjo 1, com importantes contribuições.

Os Pesquisadores das Áreas Temáticas (PAT) compõem um grupo multidisciplinar de pesquisadores, com experiência de participação em processos de planejamento do território, responsáveis no Arranjo 1 pela elaboração dos estudos temáticos que compõem o Diagnóstico Integrado, bem como pela elaboração das diretrizes que subsidiarão o Plano de Ação, sob responsabilidade do governo do estado do Espírito Santo.

O emprego das geotecnologias de Sistemas de Informações Geográficas (SIGs)/Cartografia Digital, integrados, com produtos acessíveis/gratuitos e

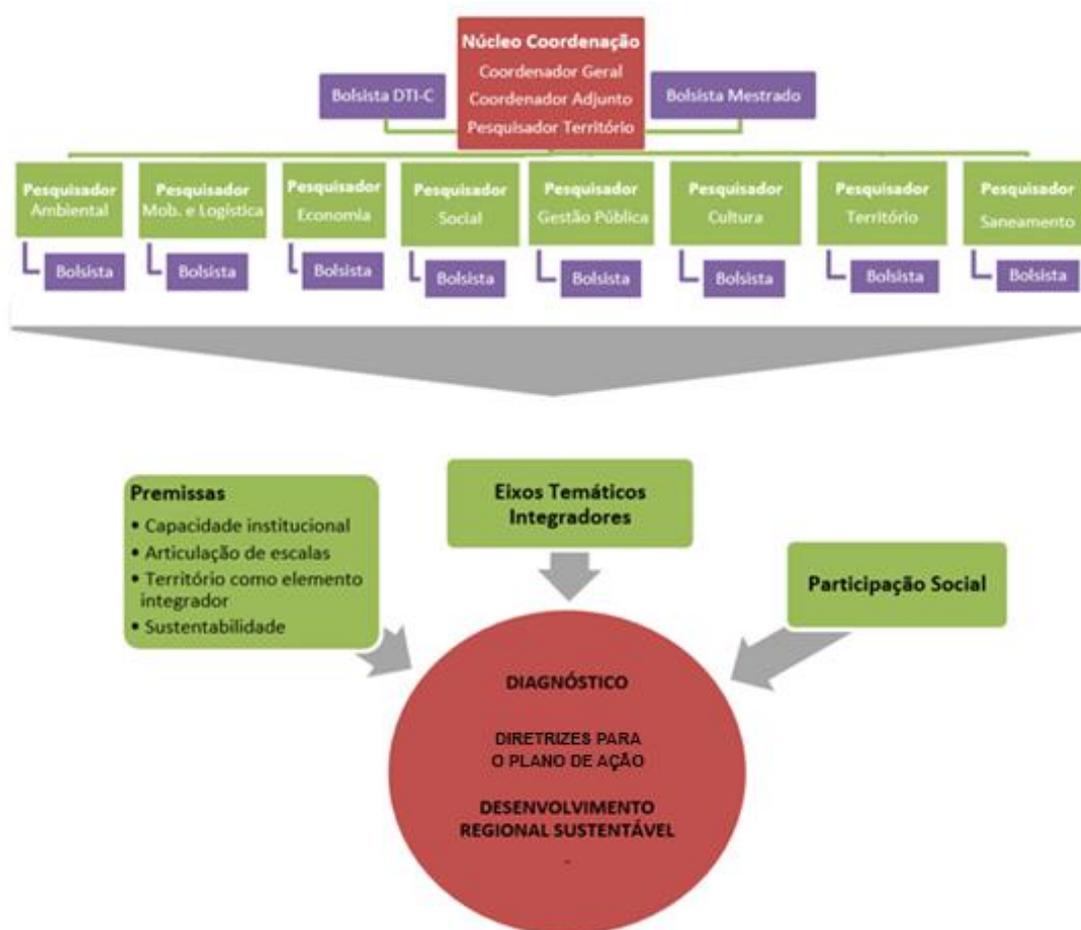
técnicas de Sensoriamento Remoto (SR) conformam um aspecto central na metodologia do Arranjo 1, visto que estas ferramentas possibilitam uma ampla visão sobre a distribuição temporal e espacial dos territórios (COELHO, 2017; ROSS, 2009; FITZ, 2008ab). Neste sentido, objetivando a integração e padronização das informações cartográficas do Arranjo 1 foi definida uma coordenação de SIG, sob a responsabilidade da equipe de pesquisadores da AT Ambiental.

No intuito de romper com as análises setoriais isoladas/lineares do diagnóstico e extrair evidências integradas para o Plano de Ação, foram adotadas algumas ações principais: seminários internos de pesquisa do Arranjo 1, ações/atividades relacionadas ao processo de participação social e para a consolidação do diagnóstico, a definição de Eixos Temáticos Integradores (ETI). Os ETI buscam estimular a transversalidade entre as AT trabalhadas no Diagnóstico e orientar a elaboração das diretrizes para o Plano de Ação de forma sistêmica e integrada.

Em função do contexto de incertezas, insegurança e excepcionalidade gerado pela pandemia de coronavírus (Covid-19) foi pactuado com a coordenação técnica do DRS (IJSN), que todas as atividades envolvendo a equipe técnica do Arranjo 1 seriam realizadas pelo modo tele presencial. A situação resultou na impossibilidade de realização de trabalhos de campo, bem como a realização de todas as ações do processo de participação social, por meio de videoconferências.

A estrutura organizacional, divisão temática e os elementos integradores do Diagnóstico e do Plano de Ação do Arranjo 1 estão sintetizados na Figura 1 que segue:

Figura 1: Estrutura organizacional do arranjo 1.



Fonte: Elaborado por DRS- Arranjo 1, 2020.

Para a operacionalização dos trabalhos e elaboração dos produtos previstos no Plano de Trabalho da pesquisa DRS foram realizados 4 tipos de atividades de interação, entre a equipe técnica, parceiros institucionais do DRS e atores sociais externos, a destacar:

1. Reuniões internas do Núcleo de Coordenação: reuniões de planejamento/trabalho das ações internas dos pesquisadores do Arranjo 1;
2. Reuniões externas com parceiros institucionais do DRS: reuniões de alinhamento e acompanhamento dos trabalhos envolvendo o NC do Arranjo 1, os demais arranjos e os parceiros institucionais do DRS;
3. Seminário Interno de Pesquisa do Arranjo 1: reuniões semanais de trabalho integrado envolvendo toda a equipe de pesquisadores do Arranjo 1
4. Atividades do processo de participação social: conjunto de ações, realizadas entre os meses de agosto a novembro de 2020, voltadas para captar as demandas, os interesses, os problemas e as potencialidades junto aos atores sociais das microrregiões.

Considerando as limitações supracitadas relacionadas com a pandemia do Covid-19, o tempo/recursos disponíveis e a realização das eleições municipais no mesmo período, foram definidas as seguintes ações no processo de participação social:

4.1 Seminários de Desenvolvimento Regional Sustentável do Arranjo 1: seminários em formato de mesa redonda, sobre temas estratégicos do desenvolvimento regional das microrregiões, com transmissão pelo canal do *YouTube* PDRS Arranjo 1 e debate com participação do público.

4.2 Pesquisa qualitativa *online* com os membros dos 2 Conselhos de Desenvolvimento Regional CDR – Microrregiões Litoral Sul e Central Sul: questionário *online* estruturado com questões fechadas e abertas, com intuito de levantar e avaliar potencialidades e problemas das microrregiões em relação à AT do diagnóstico. Na Microrregião Litoral Sul, 15 conselheiros responderam o questionário *online*.

4.3 Seminários de Participação Social com os CDR: seminário de participação social, com cada um dos Conselhos de Desenvolvimento Regional das Microrregiões Litoral Sul e Central Sul, voltados para levantamento de informações e debate sobre o diagnóstico da microrregião. O Seminário foi organizado pela equipe do Arranjo 1, divulgado conforme previsto, mas não pode ser realizado junto ao CDR Litoral Sul, tendo em vista a ausência dos conselheiros, estando presentes somente os representantes do Governo do Estado.

4.4 Contato com os 16 municípios das microrregiões para levantamento de dados e contatos voltados para a realização de reuniões/entrevistas com atores sociais estratégicos dos municípios. A equipe do Arranjo 1 obteve retorno, na Microrregião Litoral Sul, de 2 municípios Anchieta e Alfredo Chaves.

4.5 Reuniões e entrevistas por vídeo conferência promovidas pelos pesquisadores das Áreas Temáticas com representantes estratégicos do governo do estado do Espírito Santo, das prefeituras municipais e atores sociais das microrregiões.

4.6 Pesquisa qualitativa *online* sobre capacidade institucional com os membros dos 2 Conselhos de Desenvolvimento Regional CDR – Microrregiões Litoral Sul e Central Sul. Houve uma baixa adesão dos conselheiros nesta pesquisa, o que impossibilitou produzir os resultados desejados.

4.7 Pesquisa qualitativa *online* sobre a gestão fiscal com os secretários de finanças dos 16 municípios das Microrregiões Litoral Sul e Central Sul. Na Microrregião Litoral Sul apenas 2 municípios responderam ao questionário.

4.8 Pesquisa qualitativa *online* sobre capacidade organizacional com os secretários de administração dos 16 municipais das Microrregiões Litoral Sul e Central Sul. Na Microrregião Litoral Sul menos da metade dos municípios (3) respondeu o questionário, e quanto aos que retornaram, nem todos responderam de forma completa ou consistente. Como não há nenhuma base de dados oficial que possa informar acerca do assunto, trabalhou-se com os questionários respondidos, confrontando os dados julgados inconsistentes com informações contidas nos *sites* das prefeituras, das câmaras ou na legislação municipal.

A consolidação e a finalização dos diagnósticos integrados das microrregiões foram realizadas por meio dos Seminários Internos de Pesquisa do Arranjo 1 e das ações do Núcleo de Coordenação, nos meses de novembro/dezembro de 2020.

2. Evidências integradas para o Plano de Ação

A questão-problema central que se vislumbra para o PDRS Arranjo 1 é apresentada nesses termos:

É possível direcionar o desenvolvimento regional sustentável do Espírito Santo, no sentido de superar a patente fragilidade estrutural da economia capixaba, determinada pela restrita diversificação produtiva, sustentada basicamente em recursos naturais não renováveis, limitada base tecnológico-científica e de serviços modernos, geradora de fortes desigualdades e impactos socioambientais, dando visibilidade e concretude a novas ideias e visões voltadas para um desenvolvimento sócio-espacial comprometido com a melhoria da qualidade de vida, o aumento da justiça social e da autonomia da população no planejamento e gestão do território?

As evidências integradas para o Plano de Ação conformam um esforço no sentido de indicar e integrar as principais potencialidades/desafios e problemas/fragilidades, com base no referencial teórico adotado, nas premissas definidas na metodologia do Arranjo 1 e nos diagnósticos das AT, sintetizadas em 4 Eixos Integradores, que devem subsidiar a elaboração das diretrizes para o Plano de Ação da Microrregião Litoral Sul, ressaltando-se que tanto diagnósticos quanto diretrizes devem passar por etapa de pactuação com atores sociais da microrregião. São eles:

- ✓ Eixo Integrador 1 - Conservação e valorização dos recursos hídricos e do patrimônio natural e cultural
- ✓ Eixo Integrador 2 - Enfrentamento das desigualdades socioespaciais
- ✓ Eixo Integrador 3 - Desenvolvimento sustentável da economia e da infraestrutura
- ✓ Eixo Integrador 4 - Capacidade institucional para o desenvolvimento regional sustentável

Tanto a consolidação do diagnóstico integrado, quanto a estruturação das diretrizes que subsidiam o Plano de Ação foram organizadas com base nos Eixos Integradores (EI), que buscam estimular a transversalidade entre as Áreas Temáticas (AT) trabalhadas no Diagnóstico e orientar a elaboração das Diretrizes de forma sistêmica e integrada. Os quatro EI definidos cumprem também, o importante papel de sinalizar para as questões prioritárias identificadas no diagnóstico das microrregiões.

Eixo Integrador 1 – Conservação e valorização dos recursos hídricos e do patrimônio natural e cultural

O Eixo Integrador 1 expõe a centralidade que as questões ambiental e cultural assumem no mundo contemporâneo, conforme apontam o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), bem como a realidade demonstrada sobre a Microrregião. Neste sentido, considerando as características, potencialidades e fragilidades apontadas sobre a Microrregião Litoral Sul, busca-se adotar a conservação dos recursos naturais, com especial atenção aos recursos hídricos e as suas bacias hidrográficas como referenciais

geográficos para o planejamento e manejo, uma unidade básica e comum regional para o gerenciamento ambiental. Compreende-se esse recurso natural como âncora dos processos regionais de desenvolvimento, elemento integrador das temáticas abordadas no diagnóstico e que deve envolver além das instituições e atores sociais tradicionais que trabalham com os recursos hídricos, a comunidade, as empresas, a propriedade privada e os municípios, todos responsáveis pela sustentabilidade. A abordagem cultural proposta visa superar a concepção materialista que restringe a produção cultural ao conjunto de objetos produzidos. Ao contrário de identificar fronteiras ou limites, e restringir o cultural à esfera bem delimitada do espaço social, busca-se trabalhar em suas múltiplas e indissociáveis articulações com outras dimensões, como a econômica e a política (HAESBAERT, 2008). Essa abordagem cultural integradora, por sua vez, remete ao conceito de território.

São apresentadas de forma itemizada as principais potencialidades e fragilidades indicadas nos diagnósticos das AT e que devem nortear a elaboração das diretrizes para o desenvolvimento regional sustentável dentro deste Eixo Integrador:

Situação muito crítica, em relação ao balanço hídrico quantitativo e qualitativo, em praticamente toda a faixa costeira e parte do interior, com a urgência para se implementar atividades de gerenciamento e de investimentos.

Disponibilidade Hídrica (Q90%) classificada como “baixa” com valores inferiores a 3,45%, com exceção para o baixo curso do rio Itapemirim, disponibilidade de água comprometida em quantidade e qualidade para necessidades humanas no período de alta estação do turismo, conflitos de usos pela água no setor rural e urbano, registros de crimes ambientais como construção de barragens, captação de água sem licença ambiental/ desvio de drenagem, drenagem de áreas alagadas, poluição e supressão de áreas de preservação permanentes.

Deficiência Hídrica nos municípios litorâneos, incluindo também parte de Iconha e Rio Novo; conflitos de usos da água; crimes ambientais relacionados à abertura de lagoa, ampliação/reforma de represa/barragem; captação de recursos hídricos e irrigação irregular; construção de barragem; construção de barragem em Área de Preservação Permanente (APP); drenagem de brejo; lançamento de efluentes em curso d'água; desvio de curso hídrico; construção de poço escavado; construção de poço escavado em APP.

Queda no Índice de Qualidade de Água (IQA) de “BOM” para “RUIM” nos municípios da microrregião e situação a montante das bacias com o predomínio da qualidade “RUIM”.

Crise hídrica relacionada ao elevado consumo médio per capita de água, sobretudo nas áreas com forte presença da atividade do **turismo** e em função das **perdas na distribuição de água**.

Os índices de perdas na distribuição de água são elevados na microrregião, visto que se concentram no intervalo entre 20% a 32%.

Os usos das águas interiores apresentam conflitos em relação à poluição com substâncias químicas (sobretudo na área rural); poluição por despejo de águas servidas (residências e indústrias); construção de barragens, captação de água sem licença ambiental e desvio de drenagem, drenagem de áreas alagadas, poluição, supressão de APPs.

Lagoas naturais relativamente conservadas com potencial de lazer/turismo/valor cênico; necessidade de atenção para os **municípios litorâneos e parte de Iconha com processos de eutrofização/poluição** (águas servidas, defensivos agrícolas e resíduos sólidos); assoreamento/colmatação/aterros.

Boa balneabilidade das praias para fins de recreação (com base nos dados entre 2005 e 2011), com exceção da Praia Central no município de Anchieta; **as prefeituras dos municípios litorâneos não apresentam atualmente registros da balneabilidade.**

Ocorrência de poluição das águas marítimas por embarcações (portos) e gerando **conflitos com a atividade pesqueira** relevante da microrregião.

Ausência de critérios comuns para a regularização de vazões em barramentos de médio e grande porte (CGHs, PCHs e UHEs¹) **e de estudos integrados do regime hidrológico e balanço hídrico** dos locais que possuem barramentos de médio e grande porte.

Os Planos de Bacias hidrográficas localizadas na microrregião são recentes e aprofundados, apresentam diversos conflitos de usos a serem gerenciados e **planos de ações a serem implantados na sua maioria.**

Escassez de recursos hídricos como limitante para investimentos em determinados setores econômicos, sobretudo os industriais que demandam elevados fluxos de água nos processos fabris.

Registro de projetos de destaque operantes e/ou executados visando a conservação de água, solo e vegetação (Projeto Barraginhas, Programa Reflorestar, projetos visando a contenção da erosão do solo).

O esgotamento sanitário é precário na microrregião, mais da metade dos municípios (Anchieta, Itapemirim, Marataízes, Piúma, Presidente Kennedy e Rio Novo do Sul) apresentam atendimento total de esgoto abaixo das médias do Espírito Santo (54,91%) e do Brasil (53,15%). O índice de esgoto tratado em relação à água consumida é inferior à 50% em mais da metade dos municípios da Microrregião (Alfredo Chaves, Anchieta, Iconha, Itapemirim e Piúma). Com exceção de Alfredo Chaves e Iconha, todos os municípios apresentaram resultados fora do padrão normativo para coliformes totais, enquanto que 4 municípios (Anchieta, Itapemirim, Marataízes e Piúma) não atenderam aos limites normativos para cloro residual em amostras de água para o abastecimento da população.

¹Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs); Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs); Usinas Hidrelétricas (UHEs).

Ausência de equiparação dos serviços de saneamento básico entre as zonas rural e urbana como prioridade das políticas públicas na microrregião, bem como a instrução da população da área rural em relação à importância do saneamento básico no local.

A regulação e fiscalização do saneamento básico nos municípios atualmente é falha e há **ausência de marcos legais** que aprovem os Planos Municipais de Saneamento e instituem a Política Municipal de Saneamento Básico. **Baixa sustentabilidade econômico-financeira do setor de saneamento básico** na microrregião. **Ausência de marco legal para os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS)** dos municípios de Alfredo Chaves, Iconha, Itapemirim, Presidente Kennedy e Rio Novo do Sul, os quais não apresentam seus PMGIRS regulamentados por leis municipais, com destaque para Iconha, Itapemirim e Presidente Kennedy, cujas Políticas Municipais de Saneamento Básico também não se encontram instituídas legalmente.

Influência na densidade de drenagem, com potencial para inundação/enxurradas em trechos das bacias do médio e baixo curso do rio Benevente, baixo curso do rio Itapemirim e baixo curso do rio Itabapoana, sobretudo em relevos planos dos municípios de Alfredo Chaves, Iconha, Rio Novo do Sul, Piúma e Anchieta.

Presença de erosão praial e supressão de habitats (Mangue/Restinga).

Sobreposição de problemas de ordem sanitária, habitacional e de processos erosivos na orla.

Existência de infraestruturas que oferecem risco tanto para as áreas ambientais, quanto para as ocupações humanas, tais como o entorno de minerodutos e gasodutos.

Supressão por queimadas em Remanescentes de Mata Atlântica, Unidades de Conservação (UC) e Corredores Ecológicos; UC destituídas de Planos de Manejos.

Planos de Manejo que necessitam de revisão/adequação e Projeto dos Corredores Ecológicos a serem implementados.

Processos de parcelamento do solo ilegais de formato urbano em áreas rurais, que demonstram a fragilidade do ordenamento territorial e das fiscalizações municipais.

Atividades de extração mineral e desencadeamento de processos erosivos associados à degradação da qualidade do solo e aumento do assoreamento em corpos hídricos, rebaixamento do lençol freático devido à remoção da camada minerável e impacto quanto ao lançamento de efluentes advindo do beneficiamento mineral.

A exploração de petróleo no Parque das Baleias é uma atividade econômica relevante para a microrregião devido ao elevado volume de óleo extraído e, conseqüentemente, à geração de royalties para os municípios oriundos da atividade exploratória. Por outro lado, os possíveis **vazamentos de óleo**

decorrentes dessa exploração geram uma externalidade negativa ao meio ambiente oceanográfico.

Empenho das ações estatais e do Planejamento Estratégico do estado (ES 2030) no setor logístico, na implantação de grandes complexos portuários e vinculados à cadeia de petróleo e gás natural;

Fragilidade de infraestruturas em áreas sujeitas à eventos naturais, tais como chuva, principalmente nos municípios ao norte da microrregião. Conflitos entre áreas edificadas e ambientais, com sobreposições em mangues, restinga e mata nativa/em regeneração, sobretudo nos dois extremos da ocupação litorânea, nos municípios de Presidente Kennedy e Anchieta.

Quantidade significativa de imóveis em situação de risco, segundo a Defesa Civil, principalmente em Alfredo Chaves.

A maioria dos aglomerados subnormais está localizada próxima às áreas de risco e nos municípios de Iconha e Rio Novo do Sul ainda há coincidência com áreas suscetíveis à inundação.

Direcionamento frequente de investimentos volumosos na recuperação de áreas e infraestruturas impactadas pelas chuvas.

Impacto sobre as áreas naturais pelo turismo de massa e déficit no abastecimento em períodos de alta temporada.

Potencial turístico para além do eixo praiano pouco presente e ou pouco divulgado (ecoturismo e turismo de aventura).

A aquicultura, liderada pela pesca artesanal, é uma das atividades principais de fonte de renda familiar, potencializada durante as altas temporadas turísticas/verão em decorrência do aumento de demanda. Além da prática artesanal, em Itapemirim, a **pesca tem grande relevância com a presença da empresa Atum do Brasil**; os pescados são um dos principais produtos da pauta exportadora da microrregião, sendo os Estados Unidos um dos maiores compradores.

Dificuldade de promover um planejamento que considere os atributos locais/microrregionais como possibilidade central para o desenvolvimento.

Desigualdade de acesso à informação e carência de valorização da diversidade dos atributos locais/ microrregionais.

No município de Presidente Kennedy, a proposta de **implantação do Porto Central no entorno imediato da Igreja Nossa Senhora da Neves, Patrimônio Estadual, coloca em risco a paisagem cultural do lugar e ameaça à integridade física do monumento colonial** diante do alteamento do nível do solo em relação à área do bem tombado, especialmente se considerada a tendência de alagamentos historicamente registrada na região.

Eixo Integrador 2 - Enfrentamento das desigualdades socioespaciais

O Eixo Integrador enfrentamento das desigualdades socioespaciais, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da

Organização das Nações Unidas (ONU) e a realidade diagnosticada na Microrregião Litoral Sul, atua em uma perspectiva territorial e social, entendida como um processo no qual interagem as condições do território (estrutura de oportunidades) e as potencialidades da população que nele habita, visando a melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social. Busca-se assim atuar na desigualdade de renda e na distribuição da riqueza dentro da microrregião, nas condições materiais e imateriais de produção e reprodução da vida social, intervindo nas circunstâncias de pauperização, desemprego, discriminação, violências e de exclusão socioespacial dentre outras, que produzem populações vulnerabilizadas, invisibilizadas ou ainda, tidas como subalternizadas, com especial atenção às pessoas negras, mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência, visando enfrentar e reverter esse quadro.

São apresentadas de forma itemizadas as principais potencialidades e fragilidades indicadas nos diagnósticos das AT e que devem nortear a elaboração das diretrizes para o desenvolvimento regional sustentável dentro deste Eixo Integrador:

A concentração dos equipamentos culturais nos municípios ao norte da Litoral Sul e, mais especialmente, nas áreas urbanas das sedes municipais, restringe as oportunidades de produção e acesso à cultura, além de minimizar o convívio social proporcionado pelas atividades culturais. **Carência de espaços capazes de oportunizar a realização das práticas artísticas** (teatros, museus, centros de artesanatos, dentre outros) e o convívio social proporcionado pelas atividades culturais.

Potencial relacionado à diversidade cultural da Microrregião, que deve ser visibilizada, já que o território oportuniza a multiplicidade de experimentações ao visitante para além do turismo de balneários.

Potencialidade relacionada a gastronomia e produtos locais e, ao mesmo tempo, **ausência de ações regionalizadas de fomento à produção local**.

A geração de empregos sazonais no setor turístico resulta na contratação informal com remuneração abaixo dos demais setores da economia, resultando na vulnerabilidade dos trabalhadores do setor e na baixa qualificação profissional dos empregados.

Insuficiência de apoio à produção de artesanato nas comunidades pesqueiras para participação em feiras e eventos.

Presença de comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas e pescadores artesanais) na microrregião, **com ausência de reconhecimento e regularização fundiária, Baixa valorização das atividades econômicas**, a exemplo das pesqueiras na cadeia produtiva da pesca artesanal.

A baixa diversificação de atividades econômicas, gera dependência local – em termos de arrecadação e impostos, geração de postos formais de trabalhos, capacitação de mão de obra, entre outros fatores - o que **amplia a vulnerabilidade econômica e social em caso de choques externos**, a exemplo do caso de Anchieta impactada pelo rompimento da barragem de rejeitos da

Samarco (Vale/BHP Billiton), em Mariana/MG, que culminou no fechamento parcial das operações da Samarco no Espírito Santo.

Ausência de fomento e baixa articulação dentro das cadeias produtivas, sobretudo no aproveitamento das ofertas locais, leva à busca por recursos externos, desconsiderando as potencialidades microrregionais, no que diz respeito ao capital humano, tecnológico e produtivo.

Enfraquecimento da participação popular na gestão pública, devido à fragilidade na integração das políticas públicas e aos traços do patrimonialismo na estrutura social da microrregião.

A falta de estruturação de um processo permanente de planejamento e gestão do território, corrobora para a ausência de controle social sobre o ordenamento territorial e fragiliza os processos de fiscalização urbana.

Falta de integração entre as políticas sociais (modelo de gestão fragmentado e concorrente entre si), sobretudo no que diz respeito à **falta de compreensão e de priorização da área social frente à política de definição de investimentos do Estado e dos municípios**.

Ausência de centralidade de nível intermediário e superior, que possa atender às demandas internas e minimizar fluxos que extrapolem a microrregião.

Concentração de equipamentos e serviços públicos nas áreas urbanas litorâneas, com exceção de Presidente Kennedy e **presença de aglomerados subnormais em municípios não litorâneos distantes de equipamentos de saúde**.

Concentração dos empregos formais nas áreas urbanas, em decorrência dos fatores mobilidade/gestão pública e concentrados nos setores administração pública, defesa e seguridade social.

Identificação de problemas habitacionais sobrepostos e vinculados a déficit habitacional, presença de moradores em situação de rua/aglomerados subnormais e localização de habitações em áreas de risco.

Historicamente, poucos programas habitacionais foram destinados à Microrregião, o que pode justificar **acumulação de demanda, intensificada com atividades econômicas de grande vulto**, não acompanhados por implementação de política pública habitacional.

Ausência de instrumentos de planejamento e gestão do território, com especial atenção a inexistência de Plano Diretor Urbano em Iconha e Rio Novo do Sul, a presença de Plano Local de Habitação Social somente em Anchieta e Marataízes e a existência de Plano de Redução de Risco somente em Iconha e Rio Novo do Sul, sem contemplar municípios litorâneos que passam por processos de erosão costeira.

Isolamento da sede de Presidente Kennedy em relação à rede de cidades da Microrregião Litoral Sul.

Sistema de transporte tratado no âmbito municipal, ou por meio de concessões de linhas intermunicipais e interestaduais, dificultam o acesso da população a serviços e equipamentos públicos e comunitários, principalmente para

população de menor renda e residente em áreas mais distantes dos centros urbanos.

Concentração de atividades especializadas em alguns municípios dificulta o acesso e amplia as distâncias dos deslocamentos, o que resulta em um acesso desigual e na manutenção desta condição, uma vez que áreas mais infraestruturadas tendem a receber mais equipamentos públicos.

Dificuldade de acesso da população de menor renda e da área rural a serviços, equipamentos públicos e comunitários, tanto cotidianos, quanto especializados, devido às condições viárias e ao formato da oferta de transporte, concentrada nas áreas urbanas centrais, e entre centralidades.

Baixa urbanidade, principalmente em bairros periféricos e não infraestruturados, com rede viária e sistemas de transporte insuficientes para atendimento cotidiano - ausência de pavimentação e calçadas.

Dificuldade de acesso dos habitantes das áreas rurais ao transporte coletivo - longos percursos a pé ou de bicicleta.

Persistência das situações de pobreza, fortes desigualdades sociais e processos discriminatórios e excludentes, em especial, voltados às mulheres, negros, jovens negros e trabalhadores superexplorados agravados com a pandemia da Covid-19.

Desvalorização humana e banalização da vida em relação à população negra, mulheres e juventude (somam as piores estatísticas sociais, de violência e violação de direitos).

Processos de violência e violação de direitos, com tendência de avanço conforme o crescimento de aglomerados urbanos.

Demanda por ampliação da cobertura da rede escolar em todos os territórios - urbano e rural (da educação infantil ao ensino superior).

Demanda pelo crescimento da rede SUS em relação ao atendimento especializado e pelo fortalecimento da atenção básica de saúde.

A juventude na microrregião se coloca como sujeitos que demandam atenção especial, frente às demandas por formação escolar nas áreas rurais e interação com unidades de formação de nível médio, superior e profissional. **Este mesmo público tem o destaque nas questões relacionadas ainda à violência e homicídios (vítimas do sexo masculino e também feminino), criminalidade e encarceramento.** A fragilidade de políticas para este segmento evidencia a demanda pela ampliação da atuação do Estado para este público na direção da prevenção e proteção.

Eixo integrador 3 - Desenvolvimento sustentável da economia e da infraestrutura

O Eixo Integrador desenvolvimento sustentável da economia e da infraestrutura parte de uma visão crítica em relação à fragilidade estrutural da economia do Espírito Santo, com claros rebatimentos na Microrregião Litoral Sul, determinada

pela restrita diversificação produtiva, sustentada basicamente em recursos naturais não renováveis e limitada base tecnológica/científica. Neste sentido, o eixo direciona o processo de desenvolvimento regional diretamente associado à diversificação da produção, de maneira articulada aos processos de aprendizagem e de geração de novos conhecimentos, e que garanta a produção, circulação e distribuição de bens, serviços e conhecimento com sustentabilidade ambiental para além do discurso, incorporando-a na prática, sem a qual não pode haver a sustentabilidade social e econômica. Trata-se de mudança estrutural que deve ocorrer a partir da utilização dos fatores e capacidades já existentes, por meio de um processo de "autodescoberta", com novos propósitos e prioridades. Neste processo, em consonância com as orientações do Banco Mundial (2012), os projetos infraestruturais devem possuir um caráter "transformacional", com iniciativas que produzam sinergias entre setores (transversalidade), visem à proteção do meio-ambiente (verdes), ao desenvolvimento social (inclusão) e à geração de benefícios territoriais (espaço).

São apresentadas de forma itemizadas as principais potencialidades e fragilidades indicadas nos diagnósticos das AT e que devem nortear a elaboração das diretrizes para o desenvolvimento regional sustentável dentro deste Eixo Integrador:

Dependência expressiva de infraestrutura para as atividades características da região, tais como a pesca, o turismo e o setor secundário; a falta de infraestrutura para a exportação de pescados faz com que a empresa do setor atuante na microrregião necessite escoar a produção por meio de aeroporto do estado do Rio de Janeiro.

Rede logística forma conexões de longa distância, associadas a grandes projetos (porto/indústria/exploração de petróleo e gás).

Projetos logísticos atuais preveem atender demandas específicas de grandes setores econômicos.

Potencial relacionado ao modal ferroviário. A **Ferrovias Centro Atlântica** não atende às necessidades logísticas atuais, mas apresenta **potencial para assumir novas funções pois conecta importantes áreas urbanas e históricas no Sul do Estado.**

Em relação ao Planejamento setorial na área de infraestrutura e transporte, a **maior parte dos municípios não possui planejamento alinhado à Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU) na área de transporte.**

O transporte coletivo de passageiros apresenta diferenças de oferta significativas, tornando o acesso desigual. Em geral, são linhas municipais ou intermunicipais (concessões) atendendo prioritariamente aos núcleos urbanos.

Sistema viário e redes de conexão compartilhadas entre fluxos de passagem e urbanos, com excessão da região norte de Anchieta. Entretanto, a microrregião não possui oferta e incentivo ao uso de transportes coletivos, à intermodalidade e multimodalidade.

Desenho viário prioriza os deslocamentos motorizados, com baixa qualificação da infraestrutura para modais mais sustentáveis tanto nos deslocamentos intraurbanos quanto rurais. Calçadas com baixa qualidade e ausência de ciclovias.

Ausência de Plano de Mobilidade Urbana nos municípios da microrregião, com exceção de Anchieta. Ausência de transporte ativo no caso de curtas distâncias.

As melhorias realizadas na rodovia ES-164 e na rodovia ES – 375, privilegiam a ligação entre Vargem Alta e Iconha, o que possibilita uma nova ligação entre o mar e a montanha atraindo, principalmente turistas provenientes de Minas Gerais.

Microrregião estruturada a partir da ES-060, da BR-101 e rodovias estaduais. Ligações principais com Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Rio de Janeiro. **Potencial conexão com a BR-262.**

Concentração de oferta de telefonia móvel e internet em torno do litoral (entre Anchieta e Marataízes) e da BR-101, nos principais núcleos urbanos.

Embora de abrangência restrita, identifica-se o potencial relacionado à diversificação de tecnologias para acesso à internet na microrregião, tais como cabos metálicos, fibra ótica, rádio e satélite; assim como para a telefonia móvel.

O crescimento urbano gerado a partir da intensificação do uso turístico de massa não foi devidamente acompanhando pela previsão de infraestrutura urbana adequada à demanda sazonal, provocando déficit no abastecimento de água e na qualidade da internet, sobretudo nos meses de verão.

Microrregião com riquezas naturais, paisagens e remanescentes históricos e culturais, potenciais para o desenvolvimento na escala microrregional. Entretanto, as rotas não são facilmente identificadas e as infraestruturas ainda privilegiam fluxos de passagem e atendimento às demandas de setores específicos da economia.

Carência de sinalização turística adequada.

Apenas os estabelecimentos de hospedagem de Anchieta alcançaram classificação positiva no Mapa do Turismo do Ministério do Turismo, indicando a necessidade de investimentos para qualificação da rede hoteleira nos demais municípios.

A diversidade de produtos artesanais e gastronômicos é uma potencialidade de valorização cultural da região, especialmente nos municípios menos desenvolvidos turisticamente como Presidente Kennedy, com o fabrico artesanal de farinha, e Iconha; com o pão de pernil de porco.

A presença do IFES em Piúma e a expertise com as incubadoras de ideias, além da presença de indústrias na microrregião potencialmente interessadas no setor de inovação, se apresentam como oportunidade.

Fragilidade nos setores de serviços de informação e comunicação, limitam as possibilidades de desenvolvimento do capital intelectual e a inserção de atores locais no campo da inovação.

Dependência de fontes geradoras de energia elétrica externas à microrregião, baixa produção de energia por meio de fontes renováveis e insuficiência no atendimento, principalmente em áreas rurais.

Baixa produção de energia elétrica e redes de alta tensão de Furnas não alcançam todos os municípios da microrregião.

Dificuldade de acesso dos habitantes das áreas rurais aos serviços e equipamentos públicos, acessibilidade comprometida. Longos percursos a pé ou de bicicleta.

Potencial energético relacionado a oferta de gás natural que gera facilidades em múltiplas escalas.

Características naturais da microrregião propiciam implantação de usinas de energia eólica no mar.

Grandes extensões dos perímetros urbanos, especialmente em Anchieta e Presidente Kennedy.

Existência de diversos vazios em meio à mancha urbana principalmente nos municípios de Anchieta, Itapemirim, Presidente Kennedy e Marataízes.

Alta taxa de imóveis vazios identificadas sobretudo em municípios litorâneos.

Identificação de fenômenos de metropolização que partem da RMGV em direção ao litoral sul com características de dispersão e fragmentação urbana, ocasionando espraiamentos da mancha urbana e tendência à processos de ordem especulativa.

Concentração fundiária associada a expansão da mancha urbana e aos projetos industriais e infra estruturais no litoral.

Projetos e atividades de grande impacto em áreas naturais e próximas a ocupações humanas preexistentes.

Concentração de equipamentos públicos e comunitários e infraestrutura no entorno das áreas urbanas e litorâneas, principalmente ao norte. Embora exista uma rede ampla com várias interseções importantes, tal a concentração direciona o desenvolvimento em torno do litoral, principalmente em Anchieta, Piúma, Marataízes e Itapemirim.

A rede viária e o sistema de transporte de passageiros intermunicipal direciona os fluxos para Cachoeiro de Itapemirim e Vitória, centralidade regional. Entretanto, existe um **potencial para geração de contrafluxos**, possibilitando o desenvolvimento mais equilibrado entre os municípios.

Dada a importância das atividades rurais na região sul do estado, a **dificuldade de acesso físico, tecnológico e da informação é um fator que limita o desenvolvimento dos potenciais e a manutenção dos atributos existentes.**

Média de automóveis por habitante acima da média estadual indica a necessidade de investigação da qualidade e do atendimento do transporte local e microrregional. Sobreposição de fluxos humanos e de cargas nas vias entre núcleos urbanos e áreas produtivas e rurais. Desenho viário prioriza tráfego

de veículos e mostra-se insuficiente para modais não motorizados, como o transporte ativo.

Segregação dos meios de transporte coletivo – municipal, concessões e escolar – e modelo predominante rodoviarista, com ausência de integração modal (bicicleta e ônibus, por exemplo).

Potencialidade para o turismo rural, ainda pouco explorado. Existência de escolas família agrícola. Representatividade quantitativa de pequenas propriedades e da agricultura familiar, mas com ocorrência de concentração fundiária.

Ocorrência de concentração fundiária, principalmente em Itapemirim e Presidente Kennedy. Existência de assentamentos do INCRA em Presidente Kennedy e Itapemirim.

Eixo Integrador 4 - Capacidade institucional para o desenvolvimento regional sustentável

Considerando a transversalidade do tema, bem como a fragilidade identificada nas várias Áreas Temáticas do diagnóstico em relação à capacidade da gestão pública para a implementação dos planos e projetos relacionados aos processos de desenvolvimento socioespaciais na Microrregião Litoral Sul, o quarto e último Eixo Integrador busca articular a capacidade institucional para o desenvolvimento regional. O Eixo atua no conjunto de capacidades necessárias às instituições para a consecução dos objetivos de interesse público, remetendo à necessidade de gerir com eficácia a cooperação organizativa para o alcance dos objetivos do desenvolvimento regional sustentável. O Eixo atua no sentido de permitir tanto a expressão de valores instrumentais como políticos, não se limitando apenas aos meios, mas incorporando também valores sociais.

São apresentadas de forma itemizadas as principais potencialidades e fragilidades indicadas nos diagnósticos das AT e que devem nortear a elaboração das diretrizes para o desenvolvimento regional sustentável dentro deste Eixo Integrador:

Evidências indicam que todos os municípios da microrregião possuem planos de cargos e salários, mas a capacitação profissional, que pode melhorar a qualificação e os salários, não é valorizada por todos os municípios.

Metade dos servidores municipais não são estatutários e tem nível salarial abaixo da média nacional, representando grande risco à qualidade dos recursos humanos; **quanto ao grau de escolaridade, encontram-se acima da média nacional.**

As estruturas organizacionais dos municípios apresentam organograma tradicional, com rígida hierarquia, fluxo decisório de cima para baixo, evidenciando o topo da organização.

Alguns municípios possuem plano com metas definidas para ampliação do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na administração

municipal, mas nenhum aderiu aos programas existentes de modernização administrativa e tributária.

Alguns municípios apresentam desempenho das despesas com pessoal abaixo do limite de alerta de 48,6%, todavia, a grande maioria deles recebeu a classificação crítica ou em dificuldades com relação aos gastos com pessoal, ocasionando grande rigidez no orçamento.

Baixa institucionalização/ formalização das micro e pequenas empresas do setor de economia criativa.

Os municípios da Microrregião Litoral Sul participam de consórcios, que extrapolam os limites geográficos da microrregião. Pressões externas, como a implantação de grandes projetos, ou internas, como as demandas da saúde, parecem mobilizar mais os prefeitos para se consorciarem e propor soluções compartilhadas.

Inconsistência ou inexistência de políticas públicas efetivas para o fomento à cultura; falta de recursos humanos, de institucionalização do apoio à cultura, equipes reduzidas e predominância de pastas compartilhadas.

A ausência de Sistema Municipal de Cultura em alguns municípios, evidencia a precariedade das instâncias de participação social na gestão da cultura, reduzindo a equidade no aporte de recursos destinados ao setor. A regionalização do turismo é debilitada pela adesão de apenas 4 dos 8 municípios da Região Turística da Costa e da Imigração.

Carência de informações sobre drenagem e manejo das águas pluviais nos municípios da microrregião, não foi viável a realização de um diagnóstico para fins de planejamento microrregional.

Dificuldade de localização *online* de alguns Planos Municipais e dos respectivos produtos, bem como das legislações municipais referentes a tais planos, seja na página web das prefeituras ou das instituições que contribuíram na elaboração. Outro obstáculo foi a indisponibilidade de determinadas informações no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS (BRASIL, 2019b; 2019c; 2019d) referente aos serviços de saneamento básico prestados nos municípios da microrregião Litoral Sul.

Planos Setoriais não contemplados por completo em todos os municípios.

Ausência e desatualizações de legislações urbanísticas básicas em alguns municípios, **em Rio Novo do Sul e Presidente Kennedy.**

Fragilidades quanto a institucionalização e implementação de Conselhos e Fundos em relação aos Planos Setoriais.

Pouca capacidade para implementação de programas habitacionais, apenas Anchieta e Marataízes possuem Plano Local de Habitação de Interesse Social, todavia, estes planos não foram instituídos como leis.

Ausência de mecanismos de ordenamento territorial e de política de habitação social em escala microrregional.

Ausência de secretarias estratégicas nos municípios capazes de estabelecer uma integração das políticas urbanas microrregional

Transporte organizado nos âmbitos municipais e estadual direcionam os fluxos e reforçam centralidades e desigualdade no desenvolvimento microrregional.

A SEDU atualmente utiliza, para o transporte escolar, sistema de gestão tecnológica de frota que é flexível e passível de integração às demandas municipais.

Os acidentes são numerosos nas rodovias estaduais da microrregião e não foram encontrados dados sobre a localização e as condições das estradas nos trechos onde ocorrem.

Baixo poder de decisão e comando do governo estadual/municipal sobre as grandes obras e infraestrutura logística, sobretudo as portuárias, aeroportuárias, ferroviárias e dutoviárias.

Instrumentos de planejamento do transporte e da infraestrutura centralizados no âmbito estadual e federal. Grande parte dos municípios integrantes da microrregião não possui Plano de Mobilidade Urbana.

Dificuldade em tratar temas estratégicos regionais e em intensificar processos de participação popular.

Pouca capacidade articulatória em sistemas participativos autogestionário e co-gestionários.

A maior parte das políticas sociais são pontuais e reproduzem orientações de programas federais - o público é definido em função do projeto enquanto, os projetos é que deveriam ser orientados para atender as demandas do público.

Segundo o INCAPER, muitos jovens não encontram atrativos no campo. Problemas de acesso à informação, tecnologia e outros meios para o desenvolvimento rural.

Ausência de redes compartilhadas (transportes, rotas, dados georreferenciados do ordenamento territorial, legislações). Dados produzidos sobre a microrregião encontram-se dispersos em plataformas institucionais e, embora existam incentivos por parte do Governo do Estado, por meio de financiamento, para pesquisas e desenvolvimento tecnológico, o compartilhamento não alcança o conhecimento geral da sociedade.

Referências

ACSELRAD, Henri. Sentidos da Sustentabilidade Urbana. In: ACSELRAD, Henri (org.). A duração das cidades: sustentabilidade e riscos nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BANCO MUNDIAL. Transformação por meio da infraestrutura: Atualização da estratégia de infraestrutura do Grupo Banco Mundial para o EF2012-2015 . Washington DC. 2012. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/26768>. Acesso em: nov. 2020.

BRASIL. Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília: Congresso Nacional, 2019a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS): Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos – 2018. Publicado em 2019b. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-residuos-solidos/diagnostico-do-manejo-de-residuos-solidos-urbanos-2018>>. Acesso em 18 de junho de 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS): Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2018. Publicado em 2019c. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-agua-e-esgotos/diagnostico-dos-servicos-de-agua-e-esgotos-2018>>. Acesso em 18 de junho de 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS): Diagnóstico de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais – 2018. Publicado em 2019d. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-aguas-pluviais/diagnostico-do-servico-de-aguas-pluviais-2018>>. Acesso em 18 de junho de 2021.

COELHO, André Luiz Nascentes. Prevenção e Mitigação de Desastres a partir do Mapeamento de Fragilidades in: MAGNONI JÚNIOR, L.; STEVENS, D; LOPES, E. S. S.; CAVARSAN, E. A.; VALE, J. M. F. ; MAGNONI, M. G. M; TEIXEIRA, T.; FIGUEIREDO, W. S. Redução do risco de desastres e a resiliência no meio rural e urbano. São Paulo: Centro Paula Souza, 2017. p. 112-122.

FERNANDES, Fabiana Silva. Capacidade institucional: uma revisão de conceitos e programas federais de governo para o fortalecimento da administração pública. Cad. EBAPE.BR, v. 14, nº 3, Artigo 1, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2016. Cad. EBAPE.BR, v. 14, nº 3, Artigo 2, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2016, p. 695-704. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v14n3/1679-3951-cebape-14-03-00695.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2020.

FITZ, Paulo Roberto, Geoprocessamento sem Complicação, São Paulo, Ed. Oficina de Textos, 2008a.

FITZ, Paulo Roberto. Cartografia Básica (nova edição), Ed. Oficina de Textos, 2008 b.

FREITAS, Tanise Dias; DEPONTI, Cidonea Machado; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Organizadores). Políticas públicas e desenvolvimento regional: atores e estratégias em regiões do Brasil. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

HAESBAERT, R. Hibridismo, mobilidade e multiterritorialidade numa perspectiva geográficocultural integradora. In: SERPA, A., org. Espaços culturais: vivências, imaginações e representações [online]. Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 393-419. ISBN 978-85-232-1189-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

MARTINS, Angela Maria, et al. La capacidad institucional de municipios de São Paulo en la gestión de la educación básica. Cad. Pesqui. [online]. 2013, vol.43, n.150, pp.812-8350.

MINAS GERAIS, Universidade Federal de. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDUI-RMBH. Relatório Final. Sumário Executivo. Belo Horizonte, Abril de 2011. Disponível em: <http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/wp-content/uploads/2016/04/Sum%C3%A1rio-Executivo-Relat%C3%B3rio-Final-PDDI-RMBH-2.pdf>. Acessado em: 14 abr. 2019.

ROSS, J. Paisagem, Configuração Territorial e Espaço Total: interação da sociedade com a natureza In: Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental. São Paulo. Ed. Oficina de Textos, 2009. p. 47 – 61.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e tempo, Razão e emoção. 4 ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SMITH, Neil. Homeless / global: Scalingplaces. In: Mappingthe futures: Local cultures, global change. BIRD, J. et al (org.), p. 87-119. New York: Routledge, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao Planejamento e à Gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.